



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS) Nº 023/2026

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PARANACITY | PARANÁ.

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS, DESTINADOS A PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, MEDIANTE ORIENTAÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY – PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 554.526,50 (QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 12/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

PLATAFORMA: LICITANET <https://portal.licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA:

ABERTO.

BENEFÍCIO ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM.

EMBASAMENTO LEGAL:

Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
8. DOS RECURSOS	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)	47
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO/ E DO PRAZO DE ENTREGA	47
3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)	48
4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO	48
5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO	48
6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)	48
7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)	49
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)	50
9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)	51
10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)	53
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)	53
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)	56
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)	57
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)	57
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES	57
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO	58
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)	58



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

EDITAL / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

(Processo Administrativo nº 039/2026)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE PARANACITY-PR, com sede no endereço indicado no rodapé, representado por seu prefeito, em exercício, conforme autorização expedida no processo administrativo supracitado, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Decreto Municipal 002.2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

É Pregoeiro, deste Município, Sr. **Alexandre Pereira Reis**, designado pela **Portaria nº 011/2025** de 16 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Paranacity.

JUSTIFICATIVA PLATAFORMA PRIVADA: Considerando que o setor de licitações deste Município conta com **apenas 02 (dois) servidores de fato lotados**. Considerando o volume de demandas de todas as secretarias municipais. Considerando que no COMPRASNET o cadastro de itens de um pregão pode durar várias horas, em razão do retrabalho, uma vez que o funcionário terá que cadastrar no sistema de gestão, e na sequência na plataforma COMPRASNET um a um. E que após a realização do pregão, o pregoeiro terá que digitar manualmente todos os dados do resultado no sistema de gestão um a um; vez que não há integração. Considerando que a LICITANET permite o cadastramento dinâmico de editais de pregões, com importação e exportação de dados. A fim de dar celeridade ao processo administrativo para aquisição, devido a quantidade razoável de itens, optou-se pela realização da sessão do pregão eletrônico na plataforma privada – LICITANET vez que a integração da plataforma LICITANET proporciona menor tempo dispendido em cadastro, garantindo maior eficiência e agilidade na realização do cadastro ou na operacionalização do pregão.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS, DESTINADOS A PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, MEDIANTE ORIENTAÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY – PR** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Sendo assim, não há o envio dos documentos de



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

habilitação simultaneamente com a proposta. Os documentos de habilitação serão solicitados apenas do licitante vencedor pelo pregoeiro em momento adequado conforme itens: 7.1.1; 7.9; 7.11.1 e 7.12 e art. 39 da Lei 14.133/2021.

- 1.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema ou aqueles que o pregoeiro solicitar, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro – convocar anexo.
- 1.5. **Na presente licitação será dado tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional em consonância com o caput do art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. As empresas não cadastradas no **SISTEMA**, que tiverem interesse em participar do presente **PREGÃO**, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.licitanet.com.br.
 - 2.1.1. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal **LICITANET**, no ato da abertura do Pregão.
 - 2.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



2.5. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.5.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em **decorrência de sanção que lhe foi imposta**;
 - 2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com **dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**;
 - 2.5.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.5.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.5.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.5.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 2.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato **agente público do órgão ou entidade contratante**, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também **aplicado ao licitante que atue em substituição** a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **REF _Ref114659913 \r \h * MERGEFORMAT Erro! Fonte de referência não encontrada.** poderão participar no **apoio** das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.11. A vedação de que trata o item 2.5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 3.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14.** *Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.*
- 3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1.** Valor unitário e total do item;
 - 4.1.2.** Marca;
 - 4.1.3.** *Descrição do objeto/serviço*, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2.** *Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.*
- 4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de acordo com o estabelecido em cada item no sistema.
- 5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro,



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.14.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.14.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.14.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.21.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



- 5.21.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.21.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.21.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.22.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.22.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.22.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.22.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.22.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.22.2.2.** empresas brasileiras;
 - 5.22.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;





5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. *É facultado ao pregoeiro* prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. **Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.**
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira**, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [10%] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo (a) Pregoeiro (a) ou por membro da equipe de apoio.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com





deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de





propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:





- 8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.3.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.paranacity.pr.gov.br – **Menu Licitação ou Menu Transparência > Prefeitura > Licitações.**

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;





- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5. fraudar a licitação
 - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública





- 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





- 9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@paranacity.pr.gov.br
- 10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.paranacity.pr.gov.br – **Menu Licitação**.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. **ANEXO I** – Termo de Referência;
 - 11.11.2. **ANEXO II** – Minuta de Contrato administrativo;
 - 11.11.3. **ANEXO III** – Modelo Proposta Preço;
 - 11.11.4. **ANEXO IV** – Modelo Declaração – UNIFICADA;
 - 11.11.5. **ANEXO V** – Declaração Contendo Informações para fins de contrato;
 - 11.11.6. **ANEXO VI** – Modelo Declaração – NÃO PARENTESCO;

Paranacity, 07 de maio de 2026.

José Claudio Batista
Prefeito Municipal



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “a” e “i”)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS, DESTINADOS A PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, MEDIANTE ORIENTAÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY – PR** Abrangendo as Unidades Básicas de Saúde, serviços de urgência e emergência e demais programas assistenciais, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos estimados estabelecidos neste instrumento. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente.

1.2. Do quantitativo e valor estimado:

Modalidade de Concorrência: Conforme Itens Ampla Concorrência para Empresas De Quaisquer Porte e Itens Exclusivos Para MEP.

MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
AMPLA	1	Fórmula nutricional líquida, completa e balanceada, hipercalórica (1,5 kcal/mL), indicada para nutrição enteral ou oral, destinada a pacientes com necessidades calóricas aumentadas. Densidade energética: 1,5 kcal/ml. Proteínas: aproximadamente 16–17% do valor energético total, de alto valor biológico na forma de caseinato de cálcio (proteína intacta do leite) para uma melhor digestibilidade intestinal. Carboidratos: aproximadamente 50 a 56% do VET provenientes de (maltodextrina) Isenta de sacarose, lactose. Lipídeos: aproximadamente 30–35% do VET, com presença de óleos vegetais (contendo Triglicerídeos de cadeia longa -ácidos graxos essenciais ômega 3 e omega 6- para absorção lenta e TCM – triglicerídeos de cadeia média- para melhor tolerância intestinal). Osmolaridade: moderada, adequada para boa tolerância gastrointestinal, isento de glúten. Sabor:	UND	2.250	R\$ 36,73	R\$ 82.642,50





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

		baunilha. Embalagem Tetra Park 1000ml, com registro na ANVISA. MARCA REFERÊNCIA: ISOSOURCE 1.5 (ATENDER DEMANDA JUDICIAL. AUTOS Nº: 0000735-45.2025.8.16.0128).				
COTA MPE	2	Fórmula nutricional líquida, completa e balanceada, hipercalórica (1,5 kcal/mL), indicada para nutrição enteral ou oral, destinada a pacientes com necessidades calóricas aumentadas. Densidade energética: 1,5 kcal/ml. Proteínas: aproximadamente 16–17% do valor energético total, de alto valor biológico na forma de caseinato de cálcio (proteína intacta do leite) para uma melhor digestibilidade intestinal. Carboidratos: aproximadamente 50 a 56% do VET provenientes de (maltodextrina) Isenta de sacarose, lactose. Lipídeos: aproximadamente 30–35% do VET, com presença de óleos vegetais (contendo Triglicerídeos de cadeia longa -ácidos graxos essenciais ômega 3 e omega 6- para absorção lenta e TCM – triglicerídeos de cadeia média- para melhor tolerância intestinal). Osmolaridade: moderada, adequada para boa tolerância gastrointestinal, isento de glúten. Sabor: baunilha. Embalagem Tetra Park 1000ml, com registro na ANVISA. MARCA REFERÊNCIA: ISOSOURCE 1.5 (ATENDER DEMANDA JUDICIAL. AUTOS Nº: 0000735-45.2025.8.16.0128).	UND	750	R\$ 36,73	27.547,50
Exclusivo MPE	3	Fórmula nutricional pediátrica, em pó, nutricionalmente completa, indicada para preparo e administração por via oral ou enteral, destinada a crianças de 01 a 10 com comprometimento nutricional. Densidade Calórica: 1.0 kcal/ml (na diluição padrão). Distribuição energética aproximada: Proteínas: 10% a 15% do valor energético total - proteínas de alto valor biológico (caseinato de cálcio/proteína do soro do leite). Carboidratos: 50% a 60% do valor energético total (maltodextrina, podendo conter sacarose). Lipídeos: 30% a 40% do valor energético total óleos vegetais (canola, milho, oleína de	UND	500	R\$ 72,00	R\$ 36.000,00



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

		palma e triglicerídeos de cadeia média – TCM, contendo colina, taurina, l-carnitina,) Isenta de Lactose e Glúten. Sem adição de fibras alimentares. Deve possuir registro na Anvisa. Apresentação: pó para reconstituição Lata 400g (podendo variar conforme fabricante). Sabor baunilha ou neutro com colher medida inclusa. MARCA REFERÊNCIA: ISOSOURCE JÚNIOR (ATENDER DEMANDA JUDICIAL. AUTOS Nº: 0000954-92.2024.8.16.0128).				
Exclusivo MPE	4	Fórmula infantil em pó, indicada para lactentes desde o nascimento até os 6 meses de idade, quando não for possível o aleitamento materno exclusivo, atendendo às necessidades nutricionais nessa fase. Composição nutricional: Proteínas: lácteas ajustadas – de alto valor biológico (predominância de soro do leite e/ou caseína), adaptadas para lactentes. Carboidratos: lactose como principal fonte. Lipídeos: mistura de óleos vegetais (como palma, canola, coco, girassol e/ou soja), contendo DHA (ácido docosahexaenoico) ARA (ácido araquidônico). Componentes adicionais: Pode conter prebióticos (GOS/FOS) - ajudando na flora intestinal. Pode conter nucleotídeos, taurina e colina. Auxiliando nas funções neurológicas. Enriquecida com vitaminas e minerais conforme legislação para fórmulas infantis. Isenta de Glúten. Lata 800g (Podendo variar conforme fabricante) Produto com registro regular na ANVISA e deve atender integralmente à legislação vigente para fórmulas infantis para lactentes (0-6 meses). MARCA REFERÊNCIA: APTAMIL 1, NAN SUPREME OU NESTOGENO 1 (equivalente/similar que atenda integralmente às especificações técnicas descritas).	UND	300	R\$ 91,45	R\$ 27.435,00
Exclusivo MPE	5	Fórmula infantil em pó, indicada para lactentes a partir de 6 meses de idade, como parte da alimentação complementar, quando não for possível o aleitamento materno exclusivo. Especificações	UND	100	R\$ 86,99	R\$ 8.699,00



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

		<p>mínimas: Apresentação: pó para reconstituição. Faixa etária: 6 a 12 meses.</p> <p>Composição nutricional: Proteínas: proteínas lácteas modificadas de alto valor biológico (caseína e/ou soro do leite), adequadas à faixa etária. Carboidratos: lactose associada ou não a outros carboidratos (ex: maltodextrina). Lipídeos: mistura de óleos vegetais (palma, canola, coco, girassol e/ou soja), contendo DHA (ácido docosahexaenoico) ARA (ácido araquidônico). Componentes adicionais: Pode conter prebióticos (ex: GOS e FOS). Pode conter nucleotídeos. Enriquecida com vitaminas e minerais, incluindo ferro em quantidade adequada à faixa etária. Características adicionais: Isenta de glúten. Contém lactose. Osmolalidade adequada. Apresentação: Lata 800 g (podendo variar conforme fabricante). Rótulo com registro regular na ANVISA. Deve atender à legislação vigente para fórmulas infantis de seguimento (6–12 meses).</p> <p>MARCA REFERÊNCIA: APTAMIL 2, NAN SUPREME 2 OU NESTOGENO 2 (equivalente/similar que atenda integralmente às especificações técnicas descritas).</p>				
Exclusivo MPE	6	<p>Fórmula nutricional infantil (Extensamente hidrolisada) especializada para manejo dietético da alergia à proteína do leite de vaca (APLV) ou outras necessidades que requeiram proteína hidrolisada. Indicada para Lactentes e crianças de 0 a 36 meses de vida, sob orientação médica ou nutricional. Forma Farmacêutica: Pó liofilizado para reconstituição em água.</p> <p>Composição Nutricional: Proteínas láctea extensamente hidrolisada do soro do leite (fracionada em peptídeos e aminoácidos para reduzir alergenicidade). Carboidratos: maltodextrina e lactose, fornecendo energia de fácil absorção. Lipídeos: óleo vegetal (mistura de óleos de palma, canola, coco e girassol) e ácidos graxos de cadeia longa (LCPUFAs) como DHA e ARA. Contendo Fibras alimentares</p>	UND	375	R\$ 195,00	R\$ 73.125,00



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

		prebióticas: galacto-oligosacarídeos (GOS) e fructo-oligosacarídeos (FOS). Componentes funcionais: taurina, colina, L-carnitina, vitamina c, nucleotídeos para melhor desenvolvimento metabólicos, imunológicos e celulares essenciais ao lactente. Lata 800 gr (podendo variar conforme fabricante). MARCA REFERÊNCIA: APTAMIL PEPTI (ATENDER DEMANDA JUDICIAL. AUTOS Nº: 0000955-77.2024.8.16.0128).				
Exclusivo MPE	7	Alimento nutricionalmente completo, para nutrição enteral ou oral, hipossódico sem sacarose, à base de proteína isolada de soja, rico em isoflavonas. Normocalórico na diluição padrão. Isento de sacarose e lactose, com 63 g de carboidratos, 16 g de proteínas. Lata de 800 gr. (Podendo variar conforme fabricante) MARCA REFERÊNCIA: ENTERAL COMP OU TROPIC BASIC (equivalente/similar que atenda integralmente às especificações técnicas descritas).	UND	300	R\$ 98,96	R\$ 29.688,00
Exclusivo MPE	8	Fórmula modificada para nutrição enteral ou oral, formulado para pacientes com função renal comprometida. Densidade calórica: Hipercalórico (2,0kcal/ml). Proteínas: Hipoproteico, adequado para pacientes renais sem diálise que requerem restrição proteica. Carboidratos: 100 % maltodextrina, de baixo impacto glicêmico. Fonte de Lipídeos: Mistura de óleos vegetais (predominantemente óleo de canola, óleo de girassol e triglicerídeos de cadeia média - TCM). Adicionado de taurina (13,8mg/100ml) e carnitina (13,8mg/100ml) e com perfil lipídico de acordo com ADA e AHA. Indicações: Pacientes renais em tratamento conservador. Composição: Não contém lactose. Não contém sacarose. Não contém glúten. Apresentação: Tetra Pak de 1 litro (pronto para consumo) sabor Baunilha ou Neutro. MARCA REFERÊNCIA: NUTRI RENAL (ATENDER DEMANDA JUDICIAL. AUTOS Nº: 0000345-75.2025.8.16.0128).	UND	700	R\$ 98,98	R\$ 69.286,00



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

Exclusivo MPE	9	<p>Fórmula infantil em pó, antirregurgitação, espessada com goma Jataí (0,4 g/100ml). Contém ácidos graxos essenciais – ácido Linoleico (ômega 6) é ácido alfa linolênico (ômega 3)</p> <p>MARCA REFERÊNCIA: APTAMIL A.R, NAN ESPESSAR A.R OU NESTOGENO AR (equivalente/similar que atenda integralmente às especificações técnicas descritas).</p>	UND	200	R\$ 116,00	R\$ 23.200,00
Exclusivo MPE	10	<p>Fórmula nutricional infantil em pó, polimérica, hipercalórica (aproximadamente 1,0kcal/ml após reconstituição padrão) e nutricionalmente completa, destinada à alimentação oral ou enteral de crianças com necessidades dietoterápicas especiais.</p> <p>Ingredientes típicos: água desmineralizada, leite em pó desnatado, proteínas do soro de leite, lactose, maltodextrina, óleos vegetais (girassol, coco, canola, palma), óleo de peixe e ácidos graxos essenciais LCP (ARA e DHA) importantes para o desenvolvimento visual e neurológico, GOS/FOS (prebióticos), nucleotídeos, micronutrientes (vitaminas e minerais), taurina, colina, inositol, carnitina, betacaroteno. Contem Lactose. Não Contem Gluten. Apresentação Lata 400g (Podendo variar conforme fabricante)</p> <p>MARCA REFERÊNCIA: INFATRINI (ATENDER PROCESSO JUDICIAL. AUTOS Nº: 0001135-93.2024.8.16.0128).</p>	UND	500	R\$ 151,19	R\$ 75.595,00
Exclusivo MPE	11	<p>Fórmula nutricional completa, em pó, indicada para adultos e idosos, com alto teor proteico, contendo proteínas de alto valor biológico, enriquecida com leucina, vitaminas e minerais, especialmente vitamina D e cálcio, destinada à manutenção e recuperação do estado nutricional e da massa muscular.</p> <p>Características principais: Densidade energética: aproximadamente 1,0 kcal/ml após reconstituição. Proteínas: cerca de 18–25% do valor energético total, com alto teor proteico, sendo proteínas de alto valor biológico (leite – caseína e/ou soro do leite). Enriquecida com leucina (aminoácido</p>	UND	150	R\$ 153,06	R\$ 22.959,00



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

		essencial importante para síntese proteica muscular). Pode conter vitamina D e cálcio em quantidades adequadas para saúde óssea. Carboidratos: aproximadamente 45–55% do VET. Lipídeos: cerca de 25–35% do VET. Pode conter fibras alimentares. Isento de glúten e Registro Na Anvisa. Lata 740g (podendo variar conforme fabricante) MARCAS DE REFERÊNCIA: NUTREN SENIOR, ENSURE ADVANCE OU SUSTAGEN SENIOR (equivalente/similar que atenda integralmente às especificações técnicas descritas).				
Exclusivo MPE	12	Fórmula nutricional completa para pacientes com alteração no metabolismo da glicose (hipoglicêmica) com carboidratos de baixo índice glicêmico, indicada para adultos e idosos com diabetes ou intolerância à glicose, podendo ser administrada por via oral ou enteral. Características principais: Densidade energética: (1,0 kcal/ml a 1,5 kcal/ml). Proteínas: cerca de 15–20% do valor energético total, de alto valor biológico. Carboidratos: 35% a 45% do VET (de absorção lenta) de baixo índice glicêmico, com liberação gradual de glicose. Lipídeos: aproximadamente 30–40% do VET, com predominância de ácidos graxos monoinsaturados (MUFA) . Contém fibras alimentares solúveis e/ou insolúveis (ex: inulina, FOS) que auxiliam no controle glicêmico. Isento de glúten. Embalagem Pó – lata 800 a 900g (podendo variar conforme fabricante) MARCA DE REFERÊNCIA: GLUCERNA, NOVASOURCE CG OU DIAMAX (equivalente/similar que atenda integralmente às especificações técnicas descritas).	UND	150	R\$ 134,36	R\$ 20.154,00
Exclusivo MPE	13	Fórmula infantil em pó, nutricionalmente completa, à base de aminoácidos livres (fórmula elementar), indicada para lactentes e crianças com alergias alimentares graves e/ou distúrbios de absorção. Características principais: Fórmula 100% aminoácidos livres não contém proteínas intactas ou parcialmente hidrolisadas).	UND	150	R\$ 295,49	R\$ 44.323,50



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

		Hipoalergênica. Densidade energética: aproximadamente 1,0 kcal/mL (após reconstituição padrão). Carboidratos: provenientes de fontes de fácil digestão (ex.: xarope de glicose/maltodextrina). Lipídeos: óleos vegetais, podendo conter TCM (triglicerídeos de cadeia média). Isenta de lactose. Isenta de sacarose. Apresentação: Pó para reconstituição Lata hermeticamente fechada. Peso líquido: aproximadamente 400 g (podendo variar conforme fabricante). Registro na Anvisa. MARCA DE REFERÊNCIA: NEOCATE, (ATENDER PROCESSO JUDICIAL. AUTOS Nº: 0000741-18.2026.8.16.0128).				
Exclusivo MPE	14	Fórmula nutricional enteral líquida, completa, hipercalórica (1,5 kcal/ml), com proteínas de alto valor biológico, destinada a pacientes com necessidades especiais, de alta densidade calórica e/ou restrição hídrica, com ou s/ fibras, pronta para uso. Densidade energética: 1,5 kcal/ml. Proteínas: de alto valor biológico, correspondendo a aproximadamente 15% a 20% do valor energético total. Carboidratos: aproximadamente 45% a 55% do VET. Lipídeos: aproximadamente 30% a 40% do VET. Pode conter triglicerídeos de cadeia média (TCM). Pode conter fibras alimentares (solúveis e/ou insolúveis). Osmolalidade adequada para boa tolerância gastrointestinal. EMBALAGEM TETRA PARK 1000 ML. MARCAS DE REFERÊNCIA: TROPIC 1,5, NUTRISSON ENERGY OU ISOSOURCE 1,5 (equivalente/similar que atenda integralmente às especificações técnicas descritas).	UND	300	R\$ 46,24	R\$ 13.872,00
VALOR GLOBAL						R\$ 554.526,50
(QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E VINTE SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

2.1. A contratação de empresa especializada para o fornecimento de suplementos alimentares especiais, destinados a pacientes com necessidades nutricionais específicas, mediante orientação e prescrição médica, é essencial para assegurar o atendimento adequado das demandas nutricionais no âmbito da Secretaria Municipal



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



de Saúde de Paranacity/PR. Tal medida visa garantir a continuidade do cuidado aos usuários do sistema de saúde, especialmente aqueles em situações clínicas que exigem suporte nutricional diferenciado, prevenindo agravos, promovendo a recuperação da saúde e contribuindo para a efetividade dos tratamentos instituídos, conforme consta no ETP/DFD, parte integrante deste Termo de Referência.

- 2.2.** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se descrita em tópico específico do ETP/DFD, parte integrante deste Termo de Referência.
- 2.3.** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência. Ainda assim, a demanda encontra-se devidamente planejada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, por se tratar de necessidade contínua, recorrente e essencial ao atendimento de pacientes com necessidades nutricionais específicas, estando vinculada ao planejamento setorial da saúde e à programação de ações assistenciais, devidamente justificadas no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

3.1. Requisitos Técnicos e Sanitários do Objeto

- a) **Conformidade com a prescrição e padronização assistencial:** os suplementos alimentares deverão corresponder exatamente ao que consta no Item 1.2 (tipo, composição, forma de apresentação, volume/quantidade e unidade), conforme prescrição médica e/ou nutricional, observando-se os protocolos assistenciais adotados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- b) **Regularização sanitária:** todos os suplementos alimentares deverão estar devidamente regularizados junto à ANVISA, conforme sua classificação (alimento, alimento para fins especiais ou suplemento), atendendo integralmente às normas sanitárias vigentes, inclusive quanto à rotulagem.
- c) **Embalagem, integridade e rastreabilidade:** os produtos deverão ser entregues em embalagem original, lacrada e íntegra, contendo de forma legível e obrigatória: lote, data de fabricação e prazo de validade, possibilitando rastreabilidade e controle de estoque.
- d) **Prazo mínimo de validade na entrega (parâmetro técnico):** no ato da entrega, os produtos deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses. Para aqueles cujo prazo de validade total seja inferior a 1 (um) ano, deverá ser observado o mínimo de 2/3 (dois terços) do prazo de validade remanescente.
- e) **Rotulagem:** os produtos deverão apresentar rotulagem em língua portuguesa, contendo todas as informações obrigatórias, como composição nutricional, modo de uso, restrições e identificação do fabricante, conforme legislação sanitária vigente.





- f) **Qualidade e segurança:** os suplementos deverão atender aos padrões de qualidade, segurança e eficácia nutricional exigidos pela legislação, sendo adequados ao consumo humano e às finalidades clínicas indicadas.
- g) **Vedação de desconformidades:** não serão aceitos produtos em desacordo com a especificação (composição, apresentação ou indicação), com embalagens violadas, avariadas, sem identificação de lote/validade ou fora dos parâmetros estabelecidos.

3.2. Requisitos de Habilitação Sanitária e Regularidade Técnica do Fornecedor

A empresa fornecedora deverá comprovar e manter, durante toda a vigência da contratação:

- a) Licença Sanitária vigente, compatível com a atividade.
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), quando aplicável, compatível com a comercialização/distribuição de alimentos e suplementos alimentares.
- c) Regularidade técnica e indicação de responsável técnico, quando exigível, conforme normas do órgão competente.
- d) Demais documentos sanitários e regulatórios pertinentes à atividade exercida.

3.3. Requisitos Logísticos, de Transporte e de Entrega (Execução do Fornecimento)

- a) **Fornecimento parcelado por demanda:** o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante requisição/ordem de fornecimento, considerando a natureza contínua da demanda e a necessidade de evitar desperdícios e vencimentos.
- b) **Local de entrega:** Unidade Básica de Saúde do conjunto habitacional José Sanches, Rua Estados Unidos, nº 1.444, Centro, Paranacity/PR.
- c) **Boas práticas de transporte e armazenamento:** o transporte deverá garantir a integridade e qualidade dos produtos, observando condições adequadas de conservação, como controle de temperatura, umidade e proteção contra luz e impactos, quando aplicável.
- d) **Vedação de transporte inadequado:** não será admitido o transporte conjunto com produtos que possam comprometer a qualidade ou segurança dos suplementos alimentares.
- e) **Documentação de entrega:** cada entrega deverá estar acompanhada da respectiva nota fiscal, contendo informações suficientes para identificação e conferência dos itens, incluindo lote e validade, quando aplicável.
- f) **Laudo de qualidade (quando aplicável): a Administração poderá solicitar, sempre que julgar necessário, laudo ou certificado de qualidade dos produtos fornecidos.**





- g) **Substituição por inconformidade:** constatadas irregularidades, vícios ou desconformidades, a contratada deverá realizar a substituição dos produtos sem ônus à Administração, no prazo estabelecido.

3.3.1. Os requisitos de contratação encontram-se detalhados em tópico específico do ETP/DFD.

3.4. Da Amostragem:

3.4.1. Não será exigida amostragem.

3.5. Não será exigida amostragem como regra, considerando a regularização sanitária dos produtos junto à ANVISA, podendo, contudo, a Administração solicitar diligência técnica (documental e/ou amostra) em caso de dúvida quanto à conformidade do item ofertado.

3.6. Os interessados deverão disponibilizar à Administração todas as condições necessárias à verificação da conformidade dos produtos, inclusive fornecendo, quando aplicável, fichas técnicas e instruções de uso em língua portuguesa.

3.7. Da Indicação de Marca (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

Há indicação de marcas para os itens que compõem o objeto.

3.7.1. Justificativa Técnica para Utilização de Marca de Referência

A utilização de marcas de referência no presente Termo de Referência decorre da necessidade de definição objetiva do padrão de qualidade e desempenho nutricional esperado para os produtos a serem adquiridos, especialmente em razão da natureza especializada do objeto e da destinação clínica dos suplementos alimentares e fórmulas nutricionais.

Considerando que determinados pacientes possuem necessidades nutricionais específicas, incluindo restrições alimentares, alergias, distúrbios metabólicos, condições renais, dentre outros, a Administração utilizou produtos amplamente reconhecidos no mercado como parâmetro técnico comparativo.

A indicação das marcas não impede a participação de outros fabricantes, sendo admitidos produtos equivalentes, similares ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral das características técnicas e nutricionais exigidas.

3.7.2. Dos Produtos Destinados ao Cumprimento de Determinações Judiciais

Parte dos itens constantes neste Termo de Referência destina-se ao atendimento de pacientes beneficiários de decisões judiciais, prescrições médicas e acompanhamentos nutricionais específicos realizados pela rede pública municipal de saúde. Nesses casos, as características nutricionais descritas foram elaboradas com base em prescrições médicas e nutricionais, laudos clínicos e determinações judiciais vigentes. As marcas de referência eventualmente mencionadas representam o padrão atualmente utilizado no





acompanhamento terapêutico dos pacientes, visando assegurar continuidade assistencial, adaptação clínica e segurança nutricional.

Contudo, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e economicidade, poderão ser aceitos produtos equivalentes, similares ou superiores, desde que comprovadamente compatíveis com as especificações técnicas e com a finalidade terapêutica exigida, sem prejuízo ao tratamento do paciente.

A Administração poderá submeter os produtos ofertados à avaliação técnica da equipe de nutrição responsável, a fim de verificar sua adequação clínica e nutricional.

3.8. Do Parcelamento

A contratação ocorrerá de forma parcelada por itens, por se tratar de solução tecnicamente viável e economicamente vantajosa, nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

3.9. Da Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto observará as condições e diretrizes abaixo, considerando que o fornecimento ocorrerá sob demanda, mediante requisições/ordens de fornecimento, com entregas parceladas e controle rigoroso de qualidade, validade e rastreabilidade dos suplementos alimentares.

4.1. Do Local e Horário da Entrega dos Bens:

- 4.1.1. As entregas serão realizadas em dias úteis, em horário de expediente da Administração, compreendido de segunda-feira a sexta-feira, das 07h:30min às 11h:30min e das 13h:00 às 17h:00, no ponto de recebimento indicado pela Secretaria Municipal de Saúde: Unidade Básica de Saúde do conjunto habitacional José Sanches, Rua Estados Unidos, nº 1.444, Centro, Paranacity/PR, ou em outro local formalmente indicado em cada requisição, quando conveniente à Administração.
- 4.1.2. A entrega deverá ser realizada na quantidade especificada na solicitação de compra, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 4.1.3. O fornecedor deverá organizar o transporte, descarga e entrega sob sua inteira responsabilidade e ônus, assegurando a preservação da integridade, qualidade e condições adequadas de armazenamento dos suplementos alimentares, observando as exigências sanitárias aplicáveis.





- 4.1.4.** Todas as despesas com transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento correrão por conta exclusiva da contratada.

4.2. Do Fornecedor e Recebimento dos Bens:

- 4.2.1.** O início da vigência ocorrerá a partir da formalização do contrato, momento a partir do qual a contratada estará apta a atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a execução iniciada mediante emissão da Ordem de Fornecedor, observando-se o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência.
- 4.2.2.** O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante requisição formal expedida pelo setor competente, contendo, no mínimo: identificação do(s) item(ns), quantitativo(s), prazo e local de entrega e eventuais condições específicas (ex.: necessidade de controle de temperatura).
- 4.2.3.** A contratada deverá fornecer os suplementos alimentares em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na respectiva Ordem de Fornecedor, sendo vedadas alterações sem prévia autorização da Administração.
- 4.2.4.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com este Termo de Referência, com a Ordem de Fornecedor ou com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.
- 4.2.5.** Caso, após o recebimento provisório ou durante a fiscalização, seja constatado que os produtos foram fornecidos em desacordo com o especificado, com falhas, vícios, baixa qualidade ou de forma incompleta, a contratada será notificada para realizar a substituição ou correção, no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.
- 4.2.6.** Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituí-los, às suas expensas, caso apresentem defeitos ou inconformidades.
- 4.2.7.** Por se tratar de produtos perecíveis, será exigido, no ato da entrega, prazo de validade mínima de 12 (doze) meses. Para produtos com prazo de validade inferior a 1 (um) ano, deverá ser observado o mínimo de 2/3 (dois terços) do prazo de validade remanescente.
- 4.2.8.** Na hipótese de recusa por divergência, desconformidade, vício, defeito, irregularidade sanitária, validade insuficiente, avaria no transporte ou qualquer outra inconformidade, a contratada deverá realizar a substituição às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação, sem prejuízo das sanções cabíveis.





- 4.2.9.** A contratada deverá manter canais de comunicação atualizados e ativos, comunicando formalmente qualquer atraso ou anormalidade relevante, com a devida justificativa, a ser analisada pela Administração.

4.3. Das Obrigações da Contratada

- 4.3.1.** Fornecer os produtos sempre que solicitado, dentro do prazo e condições estabelecidos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 4.3.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 4.3.3.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho em relação aos seus empregados.
- 4.3.4.** Permitir à Administração o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, fornecendo todas as informações solicitadas.
- 4.3.5.** Comunicar formalmente quaisquer intercorrências, atrasos ou situações que possam comprometer o fornecimento.
- 4.3.6.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a responsabilidade pela execução do objeto contratado.

4.4. Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- 4.4.1.** Os produtos fornecidos deverão observar as garantias legais aplicáveis, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente no que se refere à qualidade, segurança e adequação ao consumo, obrigando-se a contratada a substituir, sem ônus para a Administração, qualquer produto que apresente vício ou defeito.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

5.1. Das Disposições Gerais

- 5.1.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal vigente, especialmente o Decreto que dispõe sobre a gestão e fiscalização de contratos no âmbito do Poder Executivo Municipal.
- 5.1.2.** A gestão e fiscalização do contrato abrangerão os aspectos técnicos e administrativos relacionados ao fornecimento de suplementos alimentares especiais, observada a segregação de funções entre o Fiscal Técnico, o Fiscal Administrativo e o Gestor do Contrato, vedada a acumulação de funções, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas.





- 5.1.3. Considera-se Fiscal de Contrato o servidor responsável por acompanhar e fiscalizar a execução contratual, podendo atuar nos aspectos técnicos e/ou administrativos, conforme designação.
- 5.1.4. Os fiscais e o gestor do contrato atuarão de forma preventiva, contínua e sistemática, registrando formalmente todas as ocorrências relevantes da execução contratual, especialmente quanto à qualidade, conformidade, validade e adequação dos suplementos alimentares fornecidos, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

5.2. Da Fiscalização Técnica

- 5.2.1. Compete ao Fiscal Técnico do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos, especialmente no que se refere à qualidade, composição, validade, integridade, conformidade com a prescrição médica e especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.2.2. O fiscal técnico registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades.
- 5.2.3. Identificada qualquer desconformidade, irregularidade ou fornecimento em desacordo com as especificações técnicas ou sanitárias, o Fiscal Técnico deverá notificar formalmente a contratada, indicando as correções necessárias e fixando prazo para regularização.
- 5.2.4. O fiscal técnico deverá comunicar ao gestor do contrato situações que demandem providências superiores à sua competência.
- 5.2.5. Em caso de ocorrências que possam comprometer o fornecimento dos suplementos alimentares nas condições e prazos estabelecidos, o fiscal técnico comunicará imediatamente ao gestor do contrato.
- 5.2.6. Fica designada a servidora **Regina Cabral de Lima, matrícula nº 209**, para exercer a função de fiscal técnico do contrato.

5.3. Da Fiscalização Administrativa

- 5.3.1. Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar e fiscalizar a execução contratual quanto aos aspectos administrativos, especialmente no que se refere ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e contratuais da contratada.
- 5.3.2. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal administrativo deverá atuar de forma tempestiva, adotando as providências cabíveis e comunicando o gestor do contrato quando necessário.
- 5.3.3. Eventuais irregularidades administrativas deverão ser registradas e formalmente comunicadas à contratada, com indicação de prazo para regularização.





- 5.3.4. Fica designada a servidora Regina Cabral de Lima, matrícula nº 209, para exercer a função de fiscal administrativo do contrato, conforme a portaria nº. 187/2025.
- 5.3.5. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e segurança dos produtos fornecidos, inclusive perante terceiros.

5.4. Do Gestor do Contrato

- 5.4.1. Compete ao Gestor do Contrato coordenar, integrar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial.
- 5.4.2. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, adotando as providências necessárias para assegurar a regular execução contratual.
- 5.4.3. O gestor deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente para fins de pagamento.
- 5.4.4. O gestor emitirá documento de avaliação do desempenho da contratada, considerando o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos suplementos fornecidos e eventuais ocorrências registradas.
- 5.4.5. O gestor adotará providências para a instauração de processo administrativo, quando necessário, para apuração de responsabilidades e aplicação de sanções.
- 5.4.6. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório conclusivo sobre os resultados alcançados e eventuais melhorias a serem adotadas.
- 5.4.7. O gestor encaminhará a documentação necessária ao setor competente para fins de liquidação e pagamento.
- 5.4.8. Fica designada a secretária municipal de saúde, **Sra. Eliene Alves Leão, matrícula nº 1080**, para exercer a função de gestor do contrato, conforme a portaria nº. 229/2025.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

6.1. Do Recebimento Provisório

- 6.1.1. Os suplementos alimentares serão recebidos provisoriamente pelo fiscal técnico do contrato, mediante Termo de Recebimento Provisório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previstas neste Termo de Referência, no contrato e em seus anexos, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.





- 6.1.2.** Para fins de recebimento provisório, o fiscal técnico procederá à verificação do objeto entregue, certificando sua conformidade com (i) as especificações constantes deste Termo de Referência, (ii) a proposta da contratada e (iii) a respectiva Nota de Empenho, quando aplicável, vedado qualquer ateste para fins de pagamento nesta fase.
- 6.1.3.** Constatada divergência, desconformidade, vício, defeito ou irregularidade, especialmente quanto à composição, validade, integridade da embalagem ou conformidade com a prescrição médica, o fiscal técnico deverá rejeitar o recebimento provisório, no todo ou em parte, notificando a contratada para substituição ou correção, às suas expensas.
- 6.1.4.** O recebimento provisório será formalizado por Termo detalhado, admitindo-se forma simplificada apenas em casos de menor complexidade, desde que devidamente justificada e registrada.
- 6.1.5.** Considerar-se-á ocorrido o recebimento provisório somente após a formalização do respectivo termo, não sendo admitido recebimento tácito.
- 6.1.6.** A contratada deverá substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem vícios, defeitos ou inconformidades, permanecendo vedado o recebimento definitivo enquanto não sanadas todas as pendências.
- 6.1.7.** O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem exonera a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.
- 6.1.8.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.2. Do Recebimento Definitivo

- 6.2.1.** Após a verificação da regularidade do fornecimento e a solução de todas as pendências apontadas no recebimento provisório, os suplementos alimentares serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato ou comissão designada.
- 6.2.2.** O recebimento definitivo será formalizado mediante Termo detalhado, após a verificação da qualidade, quantidade, validade, integridade e conformidade dos produtos com este Termo de Referência, o contrato e a proposta da contratada.
- 6.2.3.** O prazo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, podendo ser prorrogado mediante justificativa.
- 6.2.4.** O recebimento definitivo não implica, por si só, o direito ao pagamento, que dependerá da regular instrução do processo administrativo.
- 6.2.5.** Havendo controvérsia quanto à qualidade, quantidade ou conformidade dos produtos, será assegurada a liberação da parcela incontroversa, permanecendo suspensa a parte objeto de discussão.





- 6.2.6.** Não será formalizado o recebimento definitivo enquanto houver pendências relacionadas à execução ou à documentação apresentada.
- 6.2.7.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança e adequação dos produtos fornecidos.
- 6.2.8.** É vedado o pagamento antecipado, total ou parcial, antes do recebimento definitivo, salvo hipóteses legais devidamente justificadas.

6.3. Da Liquidação

- 6.3.1.** Após o recebimento definitivo dos produtos, o registro no sistema contábil (SIAFIC) e a verificação da conformidade da execução pelo fiscal do contrato, será iniciado o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a emissão da Nota de Liquidação pelo setor competente.
- 6.3.2.** Para fins de liquidação, o gestor do contrato deverá verificar se a Nota Fiscal contém todos os elementos obrigatórios, incluindo:
- a) data de emissão;
 - b) identificação do contrato e da Administração;
 - c) descrição detalhada dos suplementos fornecidos;
 - d) valores devidos conforme contrato;
 - e) eventuais retenções tributárias aplicáveis.
- 6.3.3.** Em caso de erro ou inconsistência na Nota Fiscal, o processo de liquidação será suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.
- 6.3.4.** A Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, conforme exigido pela legislação.

6.4. Do Prazo, Condições e Forma de Pagamento

- 6.4.1.** O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa e sua inclusão na ordem cronológica de pagamentos, observada a disponibilidade financeira.
- 6.4.2.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados da posição da liquidação na ordem cronológica.
- 6.4.3.** O pagamento será realizado por meio de transferência bancária em conta de titularidade da contratada, indicada no processo administrativo.
- 6.4.4.** As retenções tributárias cabíveis serão realizadas conforme a legislação vigente.
- 6.4.5.** Empresas optantes pelo Simples Nacional não sofrerão retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprovem sua condição.





- 6.4.6.** A comprovação do enquadramento no Simples Nacional deverá ser apresentada previamente à liquidação.
- 6.4.7.** Na ausência de comprovação, serão aplicadas as retenções tributárias cabíveis.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

Do Procedimento/Modalidade e Critério de Julgamento

A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item, visando à contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de suplementos alimentares especiais, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

Exigências de Habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar, no que couber, os requisitos selecionados abaixo:

7.1 Habilitação jurídica: ato constitutivo (art. 66 da Lei 14.133/2021):

- 7.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;
- 7.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.4.** Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 7.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou





empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- 7.1.7.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal e trabalhista: (art. 68, da Lei 14.133/2021):

- 7.1.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 7.1.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.
- 7.1.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.1.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.1.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.1.6.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 7.1.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.1.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais / Municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 7.1.9.** O MEI poderá usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, conforme aplicável.





Habilitação Econômico-Financeira

- 7.2.1. Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias**, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

Qualificação técnica: (art. 67 da Lei 14.133/2021).

- 7.3.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de produtos similares, mediante Apresentação de no mínimo um (01) ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 7.3.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 7.3.1.2. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 7.3.2. Licença/Alvará Sanitário vigente, expedido pela autoridade competente, compatível com a atividade de comercialização/distribuição de alimentos e suplementos alimentares;**
- 7.3.3. Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE (ANVISA),** quando aplicável, compatível com a atividade;
- 7.3.4. Indicação de responsável técnico,** quando exigido pela legislação sanitária, com comprovação de vínculo com a empresa;
- 7.3.5. Declaração de atendimento às Boas Práticas de Armazenamento, Transporte e Distribuição de alimentos e suplementos alimentares,** conforme normas sanitárias vigentes;
- 7.3.6. Declaração de que possui condições adequadas de transporte e armazenamento, inclusive para produtos que exijam controle de temperatura,** quando aplicável;
- 7.3.7. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as condições necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais.**

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

- 8.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, cuja dotação orçamentária deverá ser informada pelo responsável pelo setor de contabilidade, sob sua inteira responsabilidade.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

REDUZIDO	ÓRGÃO/FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
327	11.002.10.301.0007.2.029	MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA EM SAUDE - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB. GRATUITA	3.3.90.32	0000
345	11.002.10.303.0007.2.032	MANUTENCAO DA ATENCAO FARMACEUTICA - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB. GRATUITA	3.3.90.32	00303

8.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2026 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARANACITY E A EMPRESA XXXX, NOS TERMOS A SEGUIR:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interna, inscrita no CNPJ sob o nº **76.970.334/0001-50**, com sede na Rua Pedro Paulo Venério, 1022, Centro, CEP 87660-000 – Paço Municipal, neste ato representado por seu **Prefeito** em exercício, o senhor **José Claudio Batista**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Paranacity, Estado do Paraná, à Rua Professora Zelina Alves, nº. 740, Bairro Centro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 918.844.557-4, inscrito no CPF sob nº. 095.453.449-20.

CONTRATADA: e a _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 039/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 023/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

Fiscal de contrato designado pela contratante será o servidor **Regina Cabral de Lima**, para exercer a fiscalização de contratos da Secretaria Municipal de Saúde de acordo com portaria nº **061/2026**, ficará responsável pela fiscalização de todas as fases da prestação do serviço/fornecimento realizado pelo contratante, por intermédio do agente público, designado fiscal do contrato, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se o FORNECEDOR a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.

É responsável pela gestão de contratos da secretaria solicitante a Sra. **Eliene Alves Leão**, conforme portaria nº **62/2026**.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS, DESTINADOS A PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, MEDIANTE ORIENTAÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY – PR**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como, conforme tabela abaixo:

(colar tabela dos itens)

- 1.2. O preço global do fornecimento do objeto desta Ata é de R\$ _____ (_____), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”, sendo o valor unitário de cada item os constantes dos anexos deste, conforme sua proposta relativa ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2026**.
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO/ E DO PRAZO DE ENTREGA

- 2.1. A contratação terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração;
- 2.2. Após formalização da Ata de Registro de Preços e assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a empresa deverá estar apta a iniciar a execução no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, sendo que a execução dos serviços/fornecimento ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), contendo descrição da atividade, local, quantitativo estimado e prazo;
- 2.3. Em casos de urgência ou risco à segurança da população ou ao patrimônio público, poderá ser fixado prazo inferior para mobilização;
- 2.4. A contratada deverá manter canal de comunicação ativo com o setor responsável pela fiscalização contratual;
- 2.5. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e





indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência**, anexo a esta Ata.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência**, anexo a esta Ata.
- 6.2. O pagamento será efetuado através de **depósito em conta corrente do FORNECEDOR, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da entrega do (s) documento (s) fiscal (is) /Notas Fiscais, acompanhada da liquidação dos materiais entregues.** A certificação da fatura será efetuada pelo CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal requerente e do fiscal do contrato.
- 6.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das **CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL** e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma.
- 6.4. O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação.
- 6.5. As faturas deverão ser apresentadas pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, em 01 (uma) via, devidamente regularizada nos seus aspectos formais e legais.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 6.6. Nenhum pagamento pelo **CONTRATANTE** isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades assumidas na forma desta Ata, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento da mercadoria.
- 6.7. Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao **CONTRATANTE**, o pagamento será susinado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da **CONTRATADA**, para o saneamento da irregularidade.
- 6.8. As faturas deverão ser entregues e protocoladas na sede do **CONTRATANTE**, no endereço descrito no preâmbulo desta Ata, durante o horário de expediente.
- 6.9. Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no **MUNICÍPIO**, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.
- 6.10. Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente por esta Prefeitura, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 6.11. A Administração Municipal não está obrigada a contratar todo quantitativo dos objetos/materiais/serviços constantes nesta Ata.

6.11.1 As entregas/prestação dos serviços se darão de forma parcelada (sem ônus de entrega), pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura. O MUNICÍPIO DE PARANACITY, se reserva no direito de não adquirir a quantidade licitada, as aquisições serão de acordo com a necessidade do Município.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



INPC ou IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de PARANACITY/PR para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias**.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);*
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. ***Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;***
- 9.19. ***Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;***
- 9.20. ***Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.***
- 9.21. ***Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.***
- 9.22. ***Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.***
- 9.23. ***Além dessas cumprir todas as obrigações que se encontram definidos no termo de referência, anexo a este contrato.***

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 - 1. *moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*
 - 2. *moratória de 0,9% (zero vírgula nove por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
- v. *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
 - 1. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



- 11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 11.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. *O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Paranacity - PR deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

REDUZIDO	ÓRGÃO/FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
327	11.002.10.301.0007.2.029	MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA EM SAUDE - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB. GRATUITA	3.3.90.32	0000
345	11.002.10.303.0007.2.032	MANUTENCAO DA ATENCAO FARMACEUTICA - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB. GRATUITA	3.3.90.32	00303

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

- 17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Paranacity/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Paranacity, XX de XXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF/MF:

NOME:
CPF/MF:



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2026

PROCESSO COMPRAS nº 039/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS, DESTINADOS A PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, MEDIANTE ORIENTAÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY – PR

A empresa _____, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, cargo, RG _____, CPF _____, (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Pregão Eletrônico nº 023/2026, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XX	XX	XX	R\$	
2	XX	XX	XX	R\$	
3	XX	XX	XX	R\$	

Informar especificação dos materiais;

Informar unidade, quantidade e valor unitário;

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública da Pregão Eletrônico 023/2026.

DECLARAMOS que propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, _____, _____ de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO – UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2026

PROCESSO COMPRAS nº 039/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS, DESTINADOS A PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, MEDIANTE ORIENTAÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY – PR

Ao pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Paranacity, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3) Declaramos para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.
- 5) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
- E-mail: _____
- Telefone: () _____
- 6) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
- 7) Nomeamos e constituímos o senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao **Pregão Eletrônico nº 023/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

_____, _____, _____ de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

ANEXO V – DECLARAÇÃO PARA FINS DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2026

PROCESSO COMPRAS nº 039/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS, DESTINADOS A PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, MEDIANTE ORIENTAÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY – PR

CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE		
Razão social:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	CNPJ:
Conta Corrente nº:	Agência nº	Banco:
IE:	Fone:	e-mail:
2 – DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINAR CONTRATO:		
Nome:		
Função:	Atribuição:	
Data Nasc.:	Estado Civil:	
RG nº:	Emissor:	CPF/MF nº:
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	
Fone:	Celular:	e-mail:

Declaro sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações acima prestadas.

_____/____, ____ de _____ de 2026.

Nome:

RG/CPF

Cargo:



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO – NÃO PARENTESCO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2026

PROCESSO COMPRAS nº 039/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS, DESTINADOS A PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECÍFICAS, MEDIANTE ORIENTAÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY – PR.

DECLARAÇÃO NÃO PARENTESCO

_____, portador da Cédula de Identidade RG ou CNPJ _____ e inscrito no CPF _____
DECLARA sob as penas da lei que não possui parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau ou adoção, de autoridades, servidores comissionados ou Vereadores da Prefeitura Municipal de Paranacity-PR, conforme Emenda ao Projeto de Lei Nº 049/2021 da Lei Orgânica do Município.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

_____, em _____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO PROPONENTE



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR